

LIMITES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UM OLHAR DA PARTICIPAÇÃO NA COMUNIDADE INDÍGENA CATU

Érica Priscilla Carvalho de Lima Machado
João Paulo Amancio Luiz

Resumo: Os princípios do Turismo de Base Comunitária (TBC) reverberam em um modelo que preconiza a valorização da identidade de um povo e do patrimônio comunitário. A premissa básica é a garantia da ampla participação dos envolvidos e a geração de forças coletivas em prol do desenvolvimento socioeconômico. Diante disso, o presente estudo buscou analisar a participação social na condução da atividade turística em uma comunidade indígena localizada no estado do Rio Grande do Norte, mediante a discussão das limitações impostas no território. A problemática central reside no fato de que um baixo nível de participação pode estar associado a maiores dificuldades no alcance de um turismo sustentável e, conseqüentemente, na promoção do desenvolvimento sustentável. Metodologicamente, foi realizada uma revisão bibliográfica e documental acerca da temática, bem como realizou-se entrevista com ator representativo. Os principais resultados indicaram que a gestão participativa, preconizada pelo TBC, apresenta limitações que estão relacionadas ao reduzido envolvimento da comunidade no processo de tomada de decisão e da geração do capital social. Concluiu-se, portanto, o desenvolvimento territorial promovido pela atividade turística esbarra no obstáculo de inserir a comunidade, com vistas a ampliar os potenciais impactos que o turismo pode causar.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Participação; comunidade indígena.

1 INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é um modelo contra-hegemônico que preconiza a valorização dos aspectos identitários de um povo e/ou de um território. Desta forma, a premissa básica é o reconhecimento da importância do patrimônio comunitário, o qual abrange desde valores e tradições, até artefatos, técnicas e habilidades. Contrariamente ao caráter excludente do modelo do turismo tradicional, o TBC está assentado na ampla participação de todos os interessados, por meio do compartilhamento de direitos e deveres (GOMES *et al.*, 2016).

Diante dessa perspectiva, o Turismo de Base Comunitária pode assumir um papel relevante no desenvolvimento territorial, por meio da geração de sinergias com os recursos encontrados na localidade, sejam estes: naturais, humanos ou econômicos. O conceito de desenvolvimento territorial, local ou endógeno reflete a ideia de "espaço activo" nos termos de Ratti (1995), devido à centralidade das forças que atuam na coesão, na inovação e nas estratégias coletivas para a construção de um território.

Adicionalmente, o TBC emerge como um modelo que resgata os valores territoriais, que por vezes são simbólicos, para a constituição de uma rede social organizada por distintos atores que atuam em prol do interesse coletivo e buscam formar uma coesão interna por meio da cooperação e de laços de confiança. Com isso, para que o Turismo de Base Comunitária firme seu papel como agente de desenvolvimento territorial são imprescindíveis a participação dos atores sociais e a ampliação da mobilização cívica, ratificando a associação com o capital social (PUTNAM, 1996).

A partir dessa discussão, o presente trabalho objetiva analisar a participação social na condução da atividade turística em uma comunidade indígena localizada entre os municípios de Canguaretama e Goianinha, no estado do Rio Grande do Norte. Parte-se da hipótese que um nível elevado de participação culmina com uma maior aproximação de um modelo de turismo sustentável, nas suas distintas dimensões, bem como no alcance do desenvolvimento territorial.

Bordenave (1994) salienta que a participação pode ser sintetizada na ideia de convívio dos atores nos grupos sociais, corroborando com o incentivo ao senso crítico e na ampliação do seu poder de reivindicação na sociedade. Portanto, na condução da atividade turística, a participação equitativa da comunidade é indissociável de uma estrutura de governança includente e democrática; possibilitando empoderamento e elevação do senso de pertencimento dos atores envolvidos.

Metodologicamente, a pesquisa apresenta caráter exploratório e realizará o levantamento bibliográfico e documental com vistas a construir o aporte teórico-conceitual sobre o Turismo de Base Comunitária e a importância da participação dos atores. Além disso, adotará a abordagem qualitativa a partir da realização de entrevista com ator local, que é representativo no aspecto do turismo, bem como na comunidade local.

Além da introdução, o trabalho apresenta mais quatro seções. A primeira seção versará sobre os fundamentos conceituais do TBC. A segunda apresentará as nuances da importância da participação no alcance de um turismo includente. Posteriormente, será apresentada a discussão da participação e do turismo na comunidade indígena, obtida por meio da entrevista. Por fim, seguem as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ARCABOUÇO TEÓRICO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: SURGIMENTO E PRINCÍPIOS NORTEADORES

O turismo é uma atividade potencial para gerar impactos positivos, tais como: elevação da renda; estímulo ao investimento; geração de emprego; redistribuição de riquezas e ativação dos efeitos multiplicadores (LAGE e MILONE, 2001). Todavia, os autores supracitados reconhecem os possíveis impactos negativos que o setor pode reproduzir, por meio de: pressão inflacionária, dos custos sociais e ambientais, da grande dependência e das distorções nas prioridades de investimentos. Essa pluralidade de efeitos advindos do turismo repercute numa diversidade de expectativas dos distintos atores em relação ao seu desenvolvimento nas localidades (ARAÚJO, 2011).

Desta forma, o alcance de um turismo sustentável perpassa um planejamento setorial que leve em conta seus impactos, tanto positivos quanto negativos, por meio da articulação do poder público, moradores locais e empresários. Essa argumentação é defendida por Araújo (2011) quando afirma que a implantação do turismo deve ocorrer em consonância com a ampla participação dos atores, atenuando o distanciamento e a marginalização que os impactos negativos promovem nas comunidades.

Nesse contexto, surge o elemento basilar do Turismo de Base Comunitária, que é a inserção da comunidade no planejamento turístico, mediante o fortalecimento da sua participação e do reconhecimento da importância dos seus costumes, do seu conhecimento, e das especificidades territoriais. A premissa básica do TBC é o envolvimento participativo da comunidade na gestão do turismo, de forma a contribuir para a estruturação de uma atividade sustentável, justa e equitativa.

Araújo (2011) adverte, também, que o surgimento do TBC está intimamente relacionado com a preocupação da prática turística em comunidades tradicionais, principalmente: povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, entre outros. Por isso, a autora conclui que o surgimento do TBC é imposto pela criação de "(...) um modelo mais justo e equitativo, que levasse em consideração a

sustentabilidade ambiental e que colocasse a população local no centro do planejamento, da implementação e do monitoramento das atividades turísticas" (p. 5).

Com efeito, o Turismo de Base Comunitária se insere como um modelo de gestão do turismo que conta com o protagonismo da comunidade com o intuito de maximizar os benefícios coletivos e valorizar os aspectos identitários do território. Sinteticamente, um estudo realizado pela SEMA (2021) elencou os princípios do Turismo de Base Comunitária em: Conservação da sociobiodiversidade; valorização da história e da cultura; protagonismo comunitário; equidade social; bem comum; transparência; partilha cultural; atividade complementar; educação; dinamismo cultural e continuidade.

O TBC nasce com a responsabilidade da conversação dos recursos, sejam naturais ou históricos/culturais, garantindo a valorização da história e da cultura das comunidades locais com vistas a incentivar a memória coletiva. O princípio do protagonismo comunitário justifica a participação dos atores na tomada de decisões e no desenvolvimento da atividade turística, assegurando uma partilha equitativa dos benefícios gerados.

O princípio do bem comum afirma o compromisso de que os interesses pessoais não se sobreponham aos interesses coletivos, alcançados por meio dos laços de solidariedade e cooperação. De forma complementar, o TBC deve ocorrer em um contexto de total transparência, no que tange o acesso às informações por parte dos atores, ratificando a confiança entre os envolvidos. Além disso, a partilha cultural proporciona o intercâmbio de experiências e saberes entre as distintas culturas (SEMA, 2021).

Ademais, o TBC deve assumir um papel complementar com as outras atividades produtivas desenvolvidas na comunidade, de modo a impactar positivamente nas condições de vida, contribuindo na melhoria da educação, na difusão dos saberes e na valorização das culturas. Por fim, o princípio da continuidade visa assegurar que o turismo seja adaptável com as mudanças que as comunidades atravessam.

Portanto, o Turismo de base comunitária defende que a participação da comunidade é imprescindível para a consolidação de uma atividade mais sustentável, por meio do fortalecimento do modo de vida local, da sua cultura e seus valores. Por sua vez, essa participação é materializada na capacidade da comunidade em discutir

suas potencialidades e seus limites, e propor soluções coletivas para promoção da atividade turística.

2.2 O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UM TURISMO INCLUDENTE

No turismo de base comunitária a participação dos residentes nas tomadas de decisões e etapas no processo de implementação do TBC deve ser essencial. É a partir do olhar das comunidades locais que o turismo deve emergir e as atividades sejam planejadas, implementadas e desenvolvidas. Os fatores importantes para a continuidade da atividade são os investimentos em processos que favorecem a organização e articulação interna, a fragilidade das dinâmicas sociais exigem um processo de amadurecimento e consolidação das iniciativas do TBC nos territórios.

“O turismo de base comunitária é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária.” (apud SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 147)

Assim, é possível observar a comunidade como o principal pilar do TBC, a forma de organização local e a suas singularidades (costumes, identidade e cultura) se fazem como o condutor de protagonismo dentro da oferta turística. As propostas diferenciadas, como a imersão nas atividades de uso comum nas comunidades, tais como agricultura familiar, rituais de dança e comidas típicas possibilitam um contato mais intimista, no qual resulta na troca de experiências e vivências entre visitante e morador.

O protagonismo comunitário é o principal princípio a ser seguido dentro do TBC, os demais princípios devem ser enfatizados para que então as comunidades atinjam todo o potencial da experiência local. Aqui fala-se sobre o processo de organização interna da comunidade, para que a relação da dinâmica do público externo resulte no produto final: a experiência. O protagonismo contribui para estabelecer um mecanismo de equidade social no qual tenta estabelecer essas relações de controle social e engajamento dentro das comunidades e das suas respectivas atividades.

O conceito de participação, segundo Iorio e Wall (2012), apresenta um tom vago, onde a participação no TBC é um termo que oculta mais do que revela. Sendo

assim, é importante perceber que a participação ocorre em vias de mãos duplas tanto entre os membros da comunidade como também na relação anfitrião-visitante (UNCTAD/ WTO, 2005).

O TBC, para além de uma fonte de renda, é também um mecanismo de defesa das tradições locais, no qual procura enfatizar a luta por direitos e pela permanência das comunidades em suas regiões de origem, assim convergindo na proteção dos patrimônios e consequentemente gerando o papel de conscientização do visitante em relação às práticas e lutas locais, que muitas vezes tem relação com a natureza e é baseado nos pilares da sustentabilidade.

“O turismo de Base comunitária é resultado de outras ações de comunidades tradicionais pelo protagonismo e permanência em seus territórios iniciado em 2003 e potencializados a partir de capacitações específicas. O TBC, assim como a educação diferenciada, a agroecologia e diversas ações das comunidades tradicionais, tornou-se mais uma ferramenta para fomentar a salvaguarda dos saberes, manifestações culturais e de todo o modo de vida tradicional que resiste em uma região explorada intensamente pelo turismo em massa. A partir de 2003, as comunidades entram em contato com iniciativas diferenciadas de turismo e passam a desenhar experiências com base em sua própria cultura e realidade” (Fórum de comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba, APA de Cairuçu)

A participação da comunidade se torna imprescindível, a partir do planejamento com o viés participativo, através de decisões e execução das atividades que serão realizadas no contexto local. A baixa participação da comunidade dentro das atividades e envolvimento dentro das decisões e implementação do turismo pode acarretar no declínio ou um fator limitante do turismo nessas regiões. A mobilização e a organização das comunidades locais podem constituir em um desafio a ser superado dentro das iniciativas de TBC, em contraponto à formação de organizações locais que impulsionam a economia solidária e uma rede de cooperativismo pode contribuir na equidade dentro da dinâmica do turismo local.

A importância da participação da comunidade é discutida também em outras abordagens que visam à compreensão dos fenômenos turísticos, como o da governança, que se pauta principalmente em conduzir a atividade turística contemplando uma participação equitativa e diversificada dos autóctones. Além disso, a participação da comunidade como a principal característica do TBC, possibilita o empoderamento; aumenta o senso de pertencimento (ASKER *et al.*, 2010)

Dessa maneira, o processo de dar “vez e voz” a estes atores do turismo facilita a dinâmica de interação e se converge em um dos pilares dessa atividade, assim como respeita o tempo de cada ator para que se haja um amadurecimento pessoal e consolidação dessas iniciativas de TBC nos territórios. Essa participação que pode ser entendida como o convívio social de membros de uma mesma região que tem um objetivo em comum, gera um senso crítico da realidade expressa a partir da inserção de novas atividades em uma comunidade, sendo possível escolher democraticamente os caminhos de proteção da dinâmica social local.

Nesse tipo de turismo, o turista busca estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. Muitas vezes, essas atividades articulam-se com uma busca pelas próprias origens do turista, em um retorno às tradições de seus antepassados (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2005, p.11).

Fica, portanto explícito a necessidade da participação íntegra da comunidade dentro das atividades, planejamento e tomadas de decisões a respeito do uso do TBC em seus espaços. A forma na qual a comunidade recebe o turista e os acolhem demanda ser uma relação benéfica a ambos os lados, turista e residente.

Faria (2003) relata que o fortalecimento da tradição e da cultura, a conscientização e valorização de um povo, nação e comunidade sobre a sua identidade étnica e cultural, e um planejamento adequado à realidade cultural e territorial do lugar, podem impedir ou minimizar os impactos indesejáveis promovidos pelo turismo, tanto pela influência de outras culturas quanto pela economia de mercado.

Envolver a comunidade dentro do processo do turismo é um trabalho árduo, por deter visões e interesses que podem se divergir durante o processo, o TBC se torna dessa forma uma ferramenta de protagonismo dos atores sociais e de suas práticas. No próximo tópico será apresentado a dinâmica de participação dentro da comunidade indígena Catu dos Eleotérios localizado no estado do Rio Grande do Norte.

3 METODOLOGIA

Com vistas a atingir o objetivo proposto, o presente estudo utiliza da abordagem qualitativa com o intuito de analisar a participação social na condução do

turismo em uma comunidade indígena localizada no Rio Grande do Norte, buscando refletir acerca dos limites impostos pela ausência, ou presença, de ações participativas. Inicialmente, o estudo adotou a pesquisa exploratória para garantir maior familiaridade com os princípios que regem o turismo de base comunitária para, assim, compreender o papel da participação.

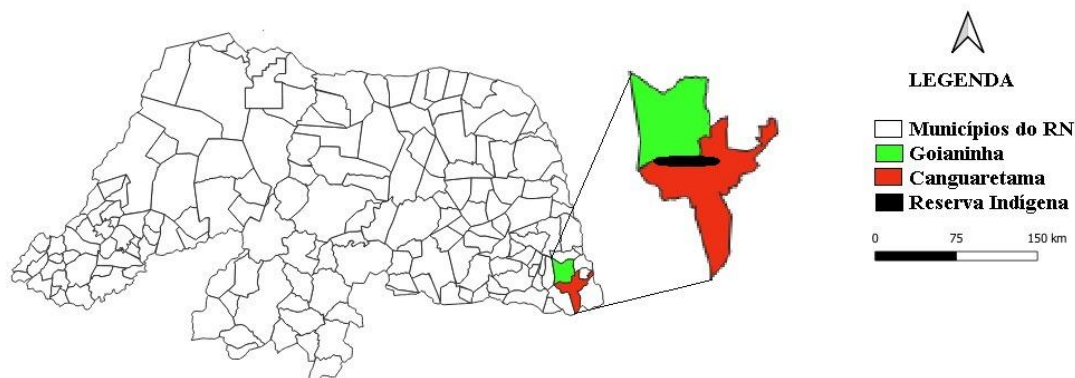
A adoção da abordagem qualitativa será fundamental para conferir significado ao fenômeno estudado, bem como para entender as particularidades e subjetividade que norteiam as ações humanas. Para tanto, além do levantamento bibliográfico e documental, a pesquisa contou com a proposta de busca direta de informações a partir da realização de entrevista presencial individual com representante da comunidade estudada.

A entrevista contou com um roteiro de perguntas dividido em quatro categorias que são: Aspectos históricos, turismo de base comunitária, participação da comunidade na atividade e cooperativismo e economia solidária. O instrumento da pesquisa será a análise de conteúdo para garantir um olhar multifacetado acerca da problemática em questão. A análise de conteúdo busca sistematizar o conteúdo obtido com a aplicação da entrevista, garantindo objetividade ao instrumento metodológico e aprofundando os aspectos mais importantes (BARDIN, 1977).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aldeia Catu dos eleotérios fica localizada entre o município de Canguaretama e Goianinha a 72 km da capital do Rio Grande do Norte, e a divisão dos municípios ocorre pelo rio Catu, conforme pode ser visualizado na Figura 1. Em 2020, a comunidade apresentou 726 pessoas autodeclaradas indígenas, que recentemente buscam defender a sua legitimidade e proteger a sua identidade. A atividade econômica predominante se caracteriza como agricultura familiar, cultivando feijão, milho, macaxeira e batata doce, para que possam ser comercializados em feiras e comércios no entorno da região. A comunidade está situada em uma área de proteção ambiental Piquiri Una (APAPU). O líder da comunidade, Luiz Catu, é um ator importante na luta pelas demarcações de terras indígenas a nível regional e local.

Figura 1- Localização da comunidade Indígena Catu dos Eleotérios



Fonte: Elaboração dos autores (2022)

A visitação iniciou por volta do ano de 2013, em sua maioria, formada por pesquisadores dos Institutos Federais do estado do Rio Grande do Norte com o intuito de conhecer a dinâmica, as práticas da comunidade e principalmente o arcabouço cultural e as ancestralidades que a comunidade indígena conserva.

As primeiras visitas tinham como finalidade de pesquisas, alcançando o interesse de instituições de ensino do estado. Com a instauração do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) em Canguaretama e o início das atividades dos cursos de gestão de turismo, a comunidade começa a ser impulsionadora de uma nova dinâmica. O cacique Luiz Catu exerce um papel de destaque e fundamental no desenvolvimento da visitação turística e na demarcação de terras indígenas na região.

Em 2015 a primeira escola municipal João Lino da Silva, localizada na aldeia do Catu, foi reconhecida como a primeira escola indígena do Rio Grande do Norte. Os primeiros grupos de excursionismo eram envoltos no objetivo pedagógico, com o intuito de conhecer a dinâmica da escola como um fator de resistência e preservação da cultura indígena. o pioneiro na organização das visitas, cacique Luiz Catu, demonstra os aspectos de luta, características culturais e históricas que a comunidade representa em seus roteiros.

O povo indígena tem sofrido há muito tempo por tentar manter seus costumes. Quando as crianças de comunidades indígenas vão a escola, dificilmente encontraram um espaço que os viabilize sentir-se parte do meio, causando a reclusão, deslocamento e segregação de muitos, por parte dos outros alunos. Isso por falta de elementos que constam no seu cotidiano. (NETO, 2017)

A partir da inserção do IFRN e do curso de gestão de turismo, moradores da comunidade tiveram a oportunidade de agregar um novo olhar, através da capacitação, a implementação do TBC se tornou uma realidade gradativamente. O objetivo é incentivar a participação do residente, e priorizar os projetos para o desenvolver o TBC como elemento facilitador do escoamento da produção da agricultura familiar, convertendo em uma rede de apoio à comercialização e dinamização da economia na comunidade.

A conjuntura da capacitação técnica, a partir da vinda de pesquisadores, resulta em novas possibilidades para que o desenvolvimento da atividade seja feita de forma mais sustentável. Atualmente a comunidade possui 3 pessoas formadas, duas delas estão dando sequência em uma pós- graduação dentro do Turismo.

Esses atores, com o conhecimento técnico do turismo, possibilitaram a inserção de novas atividades e estabeleceram roteiros e atividades que estão alinhados aos pilares da sustentabilidade e do respeito socioambiental e sociocultural. No quadro 1 estão elencadas as principais atividades/roteiros que eram oferecidos antecedentes à chegada do IFRN em Canguaretama.

Quadro 1- Roteiros oferecidos antes da chegada do IFRN-Canguaretama.

Atividades:	Descrição:
Trilha na Mata	Trilha de turismo ecológico, voltado ao turismo pedagógico.
Toré	Ritual de celebração aos ancestrais (“encantados” da mata) aos elementos da natureza pelo acontecimento da visita.
Jogos e Brincadeiras	Oficinas de turismo pedagógico (Arco e flecha, turismo cultural). Foco no público infantil.

Fonte: Elaboração dos autores (2022)

Até chegar a configuração atual do turismo, os roteiros existentes consistem em atividades menores com o foco no público infantil. O quadro 1, apresenta os roteiros existentes na comunidade, estes são colocados como embrionários do processo, no qual possuem uma vertente para o turismo pedagógico e atividades voltadas ao público infantil e aspectos de luta social.

Quadro 2- Roteiros oferecidos após a chegada do IFRN-Canguaretama.

Roteiro de Imersão Cultural

Atividades:	Descrição:
Café da manhã	O objetivo do café da manhã é que o visitante consiga a imersão no dia a dia de um morador local através de comidas típicas e pratos com base em ingredientes que são produzidos dentro da própria comunidade. Calambica, cuscuz, peixe, tapioca, bejú, bolo de macaxeira e batata doce dentre outros.
Trilha com um viés de responsabilidade social	Início das atividades através da sensibilização dos visitantes na inserção da conscientização do uso sustentável dos recursos presentes na comunidade. As rotas da trilha já eram utilizadas pelos moradores para a coleta de frutos silvestres (Mangaba e Bati).
Toré	Ritual de celebração aos ancestrais (“encantados” da mata) aos elementos da natureza pelo acontecimento da visita. Protagonismo do Mukuna (Aprendiz de Pajé).
Almoço no restaurante “Olho do Catu”	Empreendedora local realiza o preparo dos alimentos também com base nos ingredientes produzidos na comunidade. Alface, feijão verde, batata doce e peixes são alguns dos alimentos servidos no restaurante.
Ritual de cura	Banho no rio com a participação no ritual de cura exercido pelo Mukuna. É oferecido também a hidratação da pele com argila e dos cabelos a partir da planta típica, conhecida no popular como “Babosa”.
Visita ao “Jardim da Cura”	O Jardim da cura é um lugar onde é possível conhecer os trabalhos que são expostos pelos artesãos locais, assim como obter conhecimento sobre as plantas ornamentais e medicinais que são expostas e cultivadas no quintal pela senhora conhecida como “Maria Baixinha” proprietária do local. A sua ancestralidade é demonstrada através do cuidado e conhecimento para utilização de plantas com fins medicinais.
Visita a “Casa da Farinha”	A casa da farinha possui o protagonismo da agricultura familiar e das atividades de preparo de bolos típicos e do bejú. O turista insere-se no processo com a possibilidade de conhecer a rotação de culturas exercidas em plantações no quintal da casa da moradora, que traduz todas as informações sobre os alimentos e os ingredientes aos visitantes.
Refloresta Katu	Reflorestamento da vegetação nativa realizando a atividade junto aos guias locais. O intuito é reverter o impacto do turismo na natureza. Para os participantes é o reconhecimento dos impactos que são causados no turismo, como também as atividades do dia-a-dia.
Acampamento Pytuna	O acampamento está em processo de implementação.
Roteiro Espiritual	O roteiro procura o protagonismo do Mukuna e a possibilidade de imersão cultural dentro dos rituais presentes na comunidade.

Fonte: Elaboração dos autores (2022)

O quadro 2 apresenta os roteiros que têm como base o TBC, a origem da iniciativa está ligada aos projetos dos alunos do IFRN, no qual buscam desenvolver os atrativos na comunidade através dos quintais dos moradores, transformando-os

em espaços turísticos e incluindo a comunidade no processo de adequação das necessidades e potencialidades.

Os benefícios dessa iniciativa são inúmeros, dentre eles o empoderamento feminino através da “Casa de Farinha” onde as mulheres são protagonistas e formam uma rede de apoio com características da economia solidária. A visita consiste na valorização do preparo do produto (Bejú e bolos) demonstrando a produção no espaço até a etapa final, a venda. Além disso, há a possibilidade de geração de renda extra com os produtos e artesanatos oferecidos no “Jardim da Cura”. Fica nítido a presença da comunidade dentro das atividades do roteiro, desde a preparação até a sua execução.

A atividade turística é dirigida pelos próprios membros da comunidade, graduados em turismo, sem a intervenção de nenhum órgão ou ator externo. A divulgação é realizada através das redes sociais, e do site oficial da agência que são demonstradas roteiros como propostas de imersão nas experiências de TBC. No entanto, a falha na comunicação e integração com o mercado turístico não consegue criar um fluxo de informações que alcance o público alvo que possui o interesse de realização dos roteiros, como o “Acampamento Pytuna” e o “Roteiro Espiritual” citados no quadro 2. Portanto, uma das principais dificuldades dentro da gestão do empreendimento no cenário atual segundo o entrevistado.

O obstáculo nesse processo de gestão do TBC na comunidade são as dinâmicas sociais, principalmente relacionada ao capital social. A comunidade ainda possui uma relutância em acreditar que ao colaborar nas atividades haverá retorno, sendo esse o principal desafio, mobilizar as pessoas para que elas sejam atores da atividade turística. Ressalta-se que a idade dos organizadores da atividade é destaque na aquisição de credibilidade para mobilização da participação dos envolvidos (contratação de condutores locais, produção dos alimentos...), o fato de serem jovens constrói um imaginário de que a atividade implementada não gera renda e benefícios, este é um desafio enfrentado desde o início da aplicação do turismo a partir do TBC.

Apesar disso, a mobilização envolve em média 6 pessoas por roteiro e possui efeito multiplicador, ou seja, mais pessoas se envolvem no processo de preparo da visitação, esses atores são mobilizados através do questionamento de forma direta pelos organizadores da atividade.

O ordenamento através do planejamento e inserção da atividade na comunidade gera benefícios econômicos, sociais e ambientais. Observa-se que a população carece de estrutura para a adequação do turismo. São pessoas com baixo nível de escolaridade, sem incentivos e apoio financeiro de instituições públicas e privadas no desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo e agricultura familiar.

As condutas de atores sociais para a mobilização e organização retratam uma tentativa de inclusão social, resultando em um processo de intervenção transformadora da realidade. A dificuldade de locomoção dos moradores locais para as instituições de ensino externas à comunidade converge em uma situação socioeconômica de exclusão social, em que muitos se encontram com baixo nível de escolaridade e sobrevivem como autônomos através do trabalho informal. Essa situação de baixa renda e pouco envolvimento pode se associar a problemas sociais como alcoolismo, prostituição, consumo de drogas, que levam a violência e marginalidade.

Portanto, o ingresso e permanência nas escolas assim como a desqualificação profissional são reflexos da falta de acesso e apoio às comunidades indígenas. A intervenção através do TBC apresenta-se como função mobilizadora de novas dinâmicas dentro dos espaços singulares como a comunidade do Catu, como também representa uma alternativa econômica e impulsionadora das outras atividades, cidadania e novas oportunidades de geração de renda. Há importantes movimentos de luta dentro do contexto social, seja de manifestação cultural indígena, a demarcação de espaços importantes para que sejam mantidas as ancestralidades, a ênfase ao protagonismo feminino e as ações coletivas do TBC possibilitando a melhoria da qualidade de vida dos residentes.

5 IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E/OU TEÓRICAS

O estudo realizado buscou conhecer o impacto da dinâmica imposta, a partir do TBC, em uma comunidade indígena. Para tanto foi observado o nível de participação dos residentes e as mudanças a partir do contexto temporal do turismo na localidade. As contribuições aqui feitas abrem margem para novas pesquisas dentro do campo científico do Turismo, implicando na melhoria das atividades turísticas e a possível maior participação dos residentes no contexto presente atual

para o desenvolver da atividade que se caracteriza pelas particularidades da cultura e contexto espacial.

A necessidade de observar as características específicas no desenvolver do TBC nas diferentes regiões permite apresentar sugestões para possíveis caminhos de investigações futuras, além de abrir margem para investigação dentro desse viés do turismo que se encontra com necessidades de aprofundamento em suas aplicações em território nacional. O crescimento do turismo e sua importância econômica, como também por ser uma área de pesquisa recente, apesar do avanço teórico significativo, demonstra aqui a necessidade de investigação do tema proposto por este artigo.

Portanto, além do aspecto teórico, tendo em vista o avanço do campo de conhecimento acerca da condução do TBC, o presente estudo apresenta implicação prática no que tange subsidiar a implementação de políticas públicas, bem como na proposição de ações individuais/coletivas voltadas a ampliar a participação dos atores na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a participação da comunidade da aldeia Catu dos Eleotérios na condução do turismo de base comunitária. A pesquisa buscou analisar os benefícios que o turismo promove e o envolvimento da comunidade na atividade, considerando os impactos positivos e negativos. A partir dos princípios do TBC, foi possível verificar a conservação da sociobiodiversidade por meio de práticas como no roteiro “Refloresta Katu” promovendo a valorização da história, tradições, ancestralidades, movimentos de luta com a partilha da cultura.

Além disso, o turismo é tido como uma atividade complementar tendo em vista que ele se desenvolve a partir, principalmente, da agricultura familiar e do artesanato. Com essa renda gerada há a possibilidade de incentivo à educação garantindo o dinamismo cultural com um intuito de continuidade da atividade e melhoria das condições de vida. Por outro lado, o princípio do protagonismo comunitário tem suas limitações pelo baixo nível de interesse dos atores no desenvolvimento das ações que englobam o turismo. Isso se justifica como consequência do baixo nível de escolaridade, e busca do capital social por membros e o não reconhecimento do seu papel no processo de tomada de decisões.

A consequência desse processo é a baixa participação dos atores no turismo e a dependência econômica na atividade principal, a agricultura. O interesse pessoal pode estar em maior evidência em relação aos interesses coletivos de bem estar comunitário, o que pode gerar desconfiança pelos atores. Como orientação, o cooperativismo seria um mecanismo eficaz na tentativa de união dos participantes na produção dos bens e serviços, para que então se atinja o nível de transparência dos benefícios sociais da implementação do turismo e o objetivo não seja meramente econômico mas a melhoria na condição de vida.

Como possibilidade de estudo futuro, convém analisar as iniciativas presentes como unificadora da dinâmica social tais como cooperativismo e economia solidária dentro das atividades econômicas socioespaciais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. O Início do Pensamento em Torno do Turismo de Base Comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. Turismo em análise. Vol. 22, n. 2, agosto 2011.

ASKER, S. *et al.* Effective Community Based Tourism: A best practice manual. APEC Tourism Working Group, Institute for Sustainable Futures. University of Technology Sydney, Maio 2010. 159 p.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1997.

BORDENAVE, J.E.D. O que é participação? 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FARIA, I. F. de. Território e Territorialidades Indígenas do Alto Rio Negro. Manaus: EDUA, 2003

FONTOURA, A. G. da C. et al. Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Turismo de base comunitária em unidades de conservação Federais: caderno de experiências, Fórum de comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba, APA de Cairuçu. p. 39 - 1. ed. - Brasília, DF : ICMBio- MMA, 2019. 2 v.

GÓMEZ, C. P. et al. A participação da comunidade no Turismo de Base Comunitária: um estudo de múltiplos casos. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 263-279, ago. 2016.

IORIO, M.; WALL, G. Behind the masks: Tourism and community in Sardinia. Tourism Management. v. 33, n. 6, p. 1440-1449, 2012.

LAGE, B. H. G., MILONE, P. C. Economia do turismo. 7. ed. São Paulo, Atlas, 2001.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Segmentação do Turismo. Conceitos. Documento preliminar, não revisado. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

NETO, C. P. de A. Imaginário de Catu no meio urbano : uma intervenção urbana como estratégia no combate ao preconceito à cultura indígena. 2017. 72 f. Monografia (Licenciatura em Artes Visuais), Departamento de Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

PUTNAM, R. D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RATTI, R. “L’espace actif: une réponse paradigmatique des régionalistes au débat local-global”, Colloque International de l’Association de Science Régionale de Langue Française – “Dynamiques Industrielles, Dynamiques Territoriales”, 30/31 Août et 1er Septembre, Toulouse, France, 1995.

SANSOLO D. G. : BURSZTYN I. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras – Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009 p. 147.

SEMA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente). Um caminho para a comunidade: entendendo os princípios do turismo de base comunitária. São Luís, 2021. Disponível em: <https://www.sema.ma.gov.br/uploads/sema/docs/Cartilha-Ecoturismo.pdf>. Acesso em 29 ago 2022.

UNCTAD/WTO. Módulo de Treinamento para o Sucesso do Turismo Baseado na Comunidade – TBC no Âmbito do PRPE – Programa de Redução da Pobreza através da Exportação. International Trade Center – ITC. 96p. 2005.